

NOS RUMORES DA LÍNGUA:

A ESCUTA ENTRE AS ENUNCIÇÕES FALADA E ESCRITA DA CRIANÇA

DANS LES BRUISSEMENTS DE LA LANGUE: L'ÉCOUTE PARMIS LES ÉNONCIATIONS

PARLÉE ET ÉCRITE DE L'ENFANT

Carmem Luci da Costa Silva¹

Giovane Fernandes Oliveira²

Resumo: Este artigo problematiza o estatuto enunciativo da escuta na constituição da criança como falante e como escrevente. A partir de uma leitura prospectiva da teorização enunciativa de Émile Benveniste, procede-se a uma reflexão que busca, primeiramente, situar a escuta entre as enunciações falada e escrita e, em seguida, analisar o funcionamento enunciativo da escuta na relação inicial da criança com a fala e com a escrita. Essa análise tem como *corpus* recortes enunciativos de duas crianças: de um lado, uma menina, acompanhada dos onze meses aos três anos e quatro meses, em seu vir a ser falante; de outro lado, um menino, acompanhado dos seis anos e três meses aos oito anos e nove meses, em seu vir a ser escrevente. Os resultados da análise desembocam numa definição de escuta como uma *instância mediadora* entre as duas formas de realização verbal da língua – a vocal e a gráfica – e entre os planos enunciativos nos quais cada uma se desdobra – os planos da emissão e da percepção vocais e os planos da emissão e da percepção gráficas. O estudo conclui que é situando-se e sendo situada como ouvinte do outro, bem como o situando como seu ouvinte, em desdobramentos entre enunciações faladas e escritas e em deslocamentos entre distintos lugares enunciativos, que a criança se instaura na fala e na escrita, transformando sua relação com a língua materna e, conseqüentemente, com a linguagem.

Palavras-chave: Escuta. Aquisição. Enunciação falada. Enunciação escrita.

Résumé: Cet article problématise le statut énonciatif de l'écoute dans la constitution de l'enfant comme parlant et comme scripteur. À partir d'une lecture prospective de la théorisation énonciative d'Émile Benveniste, on procède à une réflexion qui cherche, d'abord, à situer l'écoute parmi les énonciations parlée et écrite et, ensuite, à analyser le fonctionnement énonciatif de l'écoute dans la relation initiale de l'enfant à la parole et à l'écriture. Cette analyse a comme *corpus* des découpes énonciatives de deux enfants : d'un côté, une petite fille, accompagnée des onze mois aux trois ans et quatre mois, dans son devenir parlant ; de l'autre côté, un petit garçon, accompagné des six ans et trois mois aux huit ans et neuf mois, dans son devenir scripteur. Les résultats de l'analyse débouchent sur une définition d'écoute comme une *instance médiatrice* entre les deux formes de réalisation verbale de la langue – la vocale et la graphique – et entre les plans énonciatifs dans lesquels chacune se dédouble – les plans de l'émission et de la perception vocales et les plans de l'émission et de la perception graphiques. L'étude conclut que c'est situant elle-même et étant située par l'autre comme auditeur, ainsi que le situant comme son auditeur, dans des dédoublements parmi des énonciations parlées et écrites et dans des déplacements parmi des distincts lieux énonciatifs, que l'enfant s'instaure dans la

¹ Doutora em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG-Letras-UFRGS). Professora Associada em Língua Portuguesa do Departamento de Letras e Clássicas e Vernáculos e docente orientadora do PPG-Letras da mesma instituição. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – PQ/CNPq. E-mail: clcostasilva@hotmail.com.

² Doutorando em Estudos da Linguagem, vinculado à linha de pesquisa “Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas” do PPG-Letras-UFRGS. Bolsista CAPES. E-mail: gjo.ufrgs@gmail.com.

parole et dans l'écriture, en transformant sa relation à la langue maternelle et, par conséquent, au langage.

Mots-clés: Écoute. Acquisition. Énonciation parlée. Énonciation écrite.

A situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade.

Émile Benveniste

Palavras iniciais

Dentre as questões de enunciação, tema deste número da Revista *Conexão Letras*, a função de representação da realidade que o ato enunciativo cumpre para o locutor ocupa, sem dúvidas, muitos enunciativistas, a despeito das diversas – e nem sempre convergentes – concepções que formulam sobre as noções que estão na base dessa função: a noção de *representação* e a noção de *realidade*. No entanto, a epígrafe deste texto, presente no artigo “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (1963), de Émile Benveniste, sublinha uma segunda função do ato enunciativo, a qual recebe menos atenção dos estudiosos da enunciação: a função de recriar a realidade, que coloca em cena o *ouvinte* no exercício do discurso. Acerca dessa dupla função, parece-nos que a linguística da enunciação, como muitas outras linguísticas, ao dar ênfase ao falante, por vezes atribui um lugar secundário ao ouvinte, embora o considere parte do processo enunciativo de troca e diálogo.

Somente nos últimos anos as reflexões sobre escuta têm comparecido em diferentes campos dos estudos linguísticos, em geral, e dos estudos enunciativos, em particular, como o ensino-aprendizagem de línguas, a clínica de linguagem, os estudos sobre a voz e – o que em especial nos toca – a aquisição da linguagem³. No âmbito dos estudos aquisicionais de orientação benvenistiana, destacam-se os trabalhos de Silva (2009), Silva e Flores (2015), Diedrich (2015), Silva (2020) e Oliveira (2020a).

Conforme Silva (2009), para inserir-se na língua como sistema de formas significantes, a criança precisa apropriar-se da *palavra* a partir da escuta da *frase* do outro. Já Silva e Flores (2015) acentuam a escuta do adulto como aquilo que convida a criança ao *mundo do símbolo*, pois, ao situar-se como ouvinte da criança, o adulto reconhece como significantes suas produções vocais e gestuais. Por sua vez, Diedrich (2015) defende que, na aquisição da língua, a realização vocal do sistema linguístico supõe os atos de *emissão* e

³ Dão testemunho disso os estudos desenvolvidos, no Brasil, por autores como Cláudia de Lemos (Unicamp) e pesquisadores a ela filiados, nos domínios da aquisição e da clínica de linguagem, à luz das ideias saussurianas, jakobsonianas e lacanianas, bem como, nesses mesmos domínios, embora numa abordagem mais estritamente saussuriana, os estudos desenvolvidos por Luiza Ely Milano (UFRGS) e orientandos.

*percepção*⁴ dos sons tanto pela criança quanto pelo outro: pela criança, cuja emissão vocal modifica-se a partir da sua percepção das emissões do outro; e pelo outro, cuja percepção das emissões da criança reveste tais formas vocais de sentidos específicos, mesmo quando estas ainda não figuram como unidades segmentáveis da língua constituída. Também Silva (2020) assinala o papel constitutivo da escuta no advento da criança como falante, sustentando que a percepção vocal da unidade mais elevada (o enunciado) é o caminho para a criança, nas situações enunciativas, espaços de estabelecimento de relações com a língua e com o outro, discretizar as unidades menores (fonemas e traços distintivos), alinhando o sentido global do discurso ao sentido intralinguístico das unidades que o integram.

Finalmente, associando a fala à referência e a escuta à correferência, Oliveira (2020a) postula que a criança necessita, antes de tudo, correferir como ouvinte para, assim, poder referir como falante. Isso o conduz a inverter a relação entre referir e correferir como caracterizada por Benveniste no artigo “O aparelho formal da enunciação” (1970), no qual o linguista assevera que o referir é – para o locutor – uma *necessidade*, enquanto o correferir é – para o alocutário – uma *possibilidade*. Em contrapartida, Oliveira (2020a) argumenta que, no ato enunciativo de aquisição da língua, essa relação parece inverter-se, na medida em que, nele, “a correferência aparentemente tem o estatuto de uma necessidade definida por uma *anterioridade lógica* à referência enquanto possibilidade” (OLIVEIRA, 2020a, p. 19, itálicos do original). Em outras palavras: o escutar é condição *sine qua non* do falar.

Tais estudos, apesar de abordarem a escuta como constitutiva do ato aquisicional, não a tomam como problema central de investigação. Nessa direção, o presente trabalho parte da problematização de Oliveira (2020a) sobre o *estatuto de necessidade* da correferência enquanto escuta na aquisição da língua em sua realização vocal, mas busca ir além deste e dos demais autores citados, ao abordar o papel da escuta na aquisição da língua em sua realização não só vocal como também gráfica. Essa abordagem será orientada pelas seguintes questões de pesquisa:

⁴ Neste artigo, a exemplo de Diedrich (2015), tomamos os termos *emissão* e *percepção* a partir da acepção de “atos individuais” que Benveniste a eles confere no texto “O aparelho formal da enunciação” (2006 [1970], p. 82, negritos nossos): trata-se de atos de enunciação dos quais procedem os “sons **emitidos** e **percebidos** [...] em uma produção nativa, no interior da fala”. Como atos enunciativos, o *emitir* e o *perceber* envolvem, então, todos os aspectos definidores da enunciação: a realização vocal (ou gráfica/gestual) da língua, a conversão da língua em discurso, a passagem de locutor a sujeito, a relação com o alocutário e a relação com o mundo (ONO, 2006). Portanto, essa acepção enunciativa dos termos *emissão* e *percepção* distancia-se tanto das teorias da informação (nas quais tais termos podem ser assimilados a uma troca de mensagens entre parceiros físicos de uma comunicação linear e transparente) quanto das teorias da cognição (nas quais tais termos podem ser assimilados a um intercâmbio entre organismos individuais com capacidades percepto-motoras de processamento linguístico).

1. O estatuto de necessidade da escuta na constituição da criança como falante vale também para a sua constituição como escrevente?
2. Se sim, o que justifica esse estatuto em ambos os atos aquisicionais?

Em busca de respostas a tais interrogantes, estruturamos este artigo em três seções, além das palavras iniciais e finais. Na primeira, refletimos sobre o lugar da escuta entre as enunciações falada e escrita. Na segunda, analisamos o funcionamento enunciativo da escuta na aquisição da língua em sua realização vocal, a partir de recortes enunciativos de Francisca (FRA), uma menina acompanhada dos onze meses aos três anos e quatro meses⁵. Na terceira, analisamos o funcionamento enunciativo da escuta na aquisição da língua em sua realização gráfica, a partir de recortes enunciativos de Emanuel (EMA), um menino acompanhado dos seis anos e três meses aos oito anos e nove meses⁶.

Antes, porém, de passarmos à primeira seção, gostaríamos de esclarecer o sintagma *ato enunciativo de aquisição da língua*, empregado pouco antes. Tal sintagma demanda algumas glosas, visto sumarizar nossas concepções de linguagem, língua, enunciação, discurso e aquisição.

Inspirados em Benveniste, concebemos a *língua* como realização particular da faculdade universal da *linguagem* (capacidade exclusivamente humana de produzir e compreender formas e sentidos). Essa realização particular da linguagem que é a língua tem uma dupla dimensão de significância: uma *dimensão semiótica* (língua como sistema de signos organizado em níveis e unidades reconhecíveis como significantes pelos indivíduos de uma sociedade) e uma *dimensão semântica* (língua como discurso produzido e compreendido em relações intersubjetivas e situações enunciativas). A conversão da língua-sistema em língua-discurso é operada pelo locutor ao enunciar, seja vocal, seja graficamente (caso da língua verbal), seja visoespacialmente (caso da língua de sinais). A *enunciação* é, pois, o ato de realização do sistema linguístico em *discurso*, por sua vez concebido como o material linguístico empírico produzido por um ato enunciativo⁷.

⁵ Os dados de FRA foram retirados de Silva (2009), livro resultante da tese de doutorado de Silva (2007), estudo em que tais dados foram coletados, transcritos e analisados em período anterior às normas éticas vigentes que regulam as pesquisas com seres humanos. No presente trabalho, esses dados são revisitados à luz do tema aqui investigado.

⁶ Os dados de EMA foram retirados de tese de doutorado em andamento cuja metodologia de coleta consta explicada em Oliveira (2020b). Tal pesquisa foi aprovada, quanto aos seus aspectos éticos e metodológicos, pela Comissão de Pesquisa em Letras (COMPESQ) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), credenciado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Também esses dados são, aqui, analisados à luz da temática deste estudo.

⁷ Tal acepção do termo *discurso* é partilhada, em alguns textos de Benveniste, pelos termos *enunciado* e *frase*. Por isso, neste artigo, empregamos esses termos numa relação sinonímica, todos correspondendo à “manifestação individual que ela [a enunciação] atualiza” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 83). O *discurso/enunciado/frase* é, desse modo, o produto do ato enunciativo.

A partir dessas concepções de linguagem, língua, enunciação e discurso, e na linha de Silva (2009), concebemos a *aquisição* como um ato enunciativo. Aqui, contudo, é preciso estabelecer uma distinção entre dois pontos de vista à luz dos quais a enunciação pode ser observada: um *ponto de vista fenomênico* (a enunciação como realização vocal, gráfica ou visoespacial da língua em discurso) e um *ponto de vista teórico* (a enunciação como ato de instauração do homem na língua). Neste estudo aquisicional, como em outros de nossa autoria, esses dois pontos de vista estão presentes conjuntamente, tanto em nossas teorizações quanto em nossas análises, a depender do foco de cada momento da reflexão, se mais descritivo (caso em que o ponto de vista fenomênico predomina), se mais explicativo (caso em que o ponto de vista teórico prevalece). Ao empregarmos o sintagma *ato enunciativo de aquisição da língua*, é o ponto de vista teórico, de caráter explicativo, que está em jogo, de maneira que tomamos a aquisição como ato de instauração da criança na língua de sua sociedade.

Isso nos conduz a um segundo deslocamento, desta vez na linha de Flores (2019): em sua constituição como falante (e escrevente), a criança não adquire *linguagem*, mas *língua*. Isso porque o homem está desde sempre na linguagem enquanto faculdade simbólica constitutiva de sua condição humana, sendo, então, a língua (em suas realizações vocal, gráfica ou visoespacial) o que ele adquire quando se torna capaz de atualizar a capacidade simbolizante universal em um sistema linguístico particular (a sua língua materna).

Como observa Benveniste, na entrevista “Esta linguagem que faz a história” (1968), “É necessária grande capacidade de abstração e de generalização para começar a entrever os desenvolvimentos de que o homem é sede” (BENVENISTE, 2005 [1968a], p. 38). Nessa perspectiva, a concepção de aquisição como ato de enunciação decorre de uma atitude de abstração e generalização teórica.

Esclarecidas tais concepções gerais que fundamentam nossas pesquisas na interface enunciação-aquisição, passemos à reflexão específica deste estudo.

A escuta entre as enunciações falada e escrita

Problematizar o estatuto da escuta na aquisição da língua à luz da teorização enunciativa benvenistiana requer promover deslocamentos, o que fazemos em um movimento reflexivo que parte de duas premissas gerais. A primeira premissa remete ao fato de que, embora elejamos a teorização enunciativa de Benveniste como base deste estudo, sua teoria da linguagem não é redutível a tal teorização, uma vez que inclui outras – como, por exemplo,

a teorização semiológica (cf. FLORES, 2013, 2017). A segunda premissa concerne ao fato de que, apesar de a reflexão que aqui elaboramos sobre escuta e aquisição não ser – acreditamos e nos esforçamos para assegurá-lo – incompatível com as ideias de Benveniste acerca da enunciação, essa reflexão não pode ser a ele imputada, pois consiste em um deslocamento que propomos de suas ideias para investigarmos um tema (o da escuta) e um campo (o da aquisição da linguagem) que não foram abordados pelo linguista nos mesmos termos que aqui os abordamos. Trata-se, pois, de uma leitura prospectiva de seu pensamento enunciativo.

É este o desafio a que nos propomos neste trabalho, a partir de passagens do texto “O aparelho formal da enunciação” (1970) que nos instigam a pensar que *escutar* é um ato de enunciação atualizável de duas maneiras: o *ato de escutar o outro* e o *ato de escutar a si próprio*. O problema da escuta adquire maior complexidade quando tratamos das duas distintas formas de realização verbal da língua: a fala e a escrita. Para tanto, partimos de três pontos de ancoragem teórica, retirados do referido texto.

O primeiro ponto de ancoragem diz respeito à *relação emissão-percepção*. De acordo com Benveniste:

Os sons **emitidos** e **percebidos**, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas manifestações gerais, como o **processo de aquisição**, de difusão, de alteração [...] procedem sempre de **atos individuais**. [...] cada um sabe que, para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 84, negritos nossos).

Nessa citação, Benveniste aponta que o aspecto vocal da enunciação envolve a singularidade não somente daquele que emite os sons da língua, mas também daquele que percebe os sons emitidos. Logo, o linguista defende que a realização vocal carrega a unicidade da enunciação em seus dois polos: o da *emissão* e o da *percepção*. Trata-se de emitir sons para se declarar como locutor (aspecto da subjetividade enunciativa) e implantar um “outro” diante de si (aspecto da intersubjetividade enunciativa). Aqui, chama-nos atenção o fato de Benveniste caracterizar a *percepção* como um ato singular de enunciação que implica a *escuta* particular dos sons emitidos. A emissão e a percepção vocais são, portanto, atos enunciativos, isto é, atos de conversão da língua-sistema em língua-discurso, por meio dos quais o homem se constitui falante na aquisição da língua e sujeito a cada tomada de palavra ao longo da vida.

Já o segundo ponto de ancoragem teórica põe em relevo a *relação referência-correferência*. Ainda segundo Benveniste,

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de **uma certa relação com o mundo**. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a **necessidade de referir** pelo discurso, e, para o outro, a **possibilidade de co-referir** identicamente, no consenso pragmático que faz de cada

locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 84, negritos nossos).

Vemos, nesse excerto, Benveniste relacionar o locutor à *necessidade de referir* e o outro à *possibilidade de correferir*, o que, para o linguista, faz de cada locutor um colocutor. Esse trecho, que condensa *(inter)subjetividade* e *(cor)referência* na enunciação, parece-nos indicar questões de escuta ligadas aos movimentos de referir e correferir: o locutor refere e, ao referir, concede um lugar de escuta ao alocutário via possibilidade de correferir. Tal possibilidade é condição de duas novas enunciações, uma durante e outra a partir da escuta (do outro e de si mesmo), por meio das quais o alocutário se inverte, ele próprio, em locutor.

Essa interpretação encontra respaldo na seguinte formulação de Benveniste: “Toda enunciação é, **explícita ou implicitamente**, uma alocução, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 84, negritos nossos). A partir dessa citação, defendemos a ideia de escuta como uma *enunciação implícita*⁸. Tal enunciação, mesmo não se materializando em palavras para o outro, constitui a alternância enunciativa e insere, na “estrutura do *diálogo*”, “duas figuras na posição de parceiros [que] são alternativamente protagonistas da enunciação” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 87, itálico do original). Esse protagonismo dos parceiros alocucionais ocorre, inclusive, na escuta de si mesmo, visto Benveniste defender, ainda nesse texto de 1970, o “monólogo” como um “diálogo interiorizado” entre um “eu locutor” e um “eu ouvinte” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 87).

A enunciação falada é, assim, uma “forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra **enunciação de retorno**” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 84, negritos nossos). Essa enunciação explícita de retorno posterior (a emissão vocal) torna-se possível por haver uma enunciação implícita de retorno anterior como mediadora do diálogo (a percepção/escuta). Com efeito, vinculada ao aspecto vocal da enunciação, a escuta parece estar no meio do caminho das emissões vocais e ser o que possibilita a inversibilidade das pessoas no ato enunciativo falado. Se há inversibilidade *eu-tu* nas emissões vocais, ou seja, nos atos enunciativos falados, também há essa inversibilidade nas percepções vocais, isto é, atos enunciativos de escuta. E nas emissões e nas percepções gráficas, vale dizer, nos atos enunciativos de escrita e leitura?

⁸ Em leituras realizadas do texto “O aparelho formal da enunciação” (1970), geralmente encontramos a interpretação de que a *enunciação explícita* está vinculada à marcação no discurso das formas de pessoa (*eu-tu*), as quais acentuam a relação discursiva do locutor (*eu*) com o parceiro (*tu*), enquanto a *enunciação implícita* é ligada à ausência dessa marcação e, ainda assim, à postulação de um alocutário. Além dessa leitura, propomos que a escuta tomada como uma enunciação implícita é uma alocução, pois postula uma relação com um parceiro e está ligada à enunciação deste, no interior da qual o ouvinte se enuncia.

A resposta a essa pergunta remete ao nosso terceiro ponto de ancoragem teórica, atrelado à *relação enunciação falada-enunciação escrita*. A esse propósito, Benveniste conclui “O aparelho formal da enunciação” (1970) enfatizando a relevância de um exame mais detido acerca das diferenças entre o falar e o escrever. Diz o autor: “Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em **dois planos**: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 90, negritos nossos).

Embora o linguista pareça, nesse trecho, reservar o desdobramento em *dois planos enunciativos* somente à enunciação escrita, sua reflexão anterior sobre os atos de emissão e percepção vocais nos autoriza a estender esse desdobramento à enunciação falada. Por isso, compreendemos que as enunciações falada e escrita desdobram-se cada uma em dois planos enunciativos, um relacionado à *emissão* e outro à *percepção*. Dessa maneira, há, de uma parte, os atos enunciativos de emissão e percepção vocais (fala e escuta) e, de outra parte, os atos enunciativos de emissão e percepção gráficas (escrita e leitura).

Essa extensão à escrita do desdobramento da fala em dois planos enunciativos é defendida por Oliveira (2018), o qual reflete enunciativamente sobre a escuta na constituição do letramento acadêmico. Em seu estudo, o autor retoma a discussão sobre temporalidade presente no artigo “A linguagem e a experiência humana” (1965), em que Benveniste argumenta que a condição de inteligibilidade da linguagem – quer dizer, do estabelecimento de referências e correferências – é o alocutário aceitar como sua a temporalidade do locutor, de forma que a temporalidade funciona como um fator de intersubjetividade. A partir dessa argumentação benvenistiana, Oliveira (2018) sustenta que a enunciação do ouvinte/leitor demanda que este aceite como sua a temporalidade do falante/escrevente, no interior de cuja enunciação ele se enuncia.

Portanto, se aquele que escreve se enuncia ao escrever (no ato de emissão gráfica) e faz os outros (no ato de percepção gráfica) se enunciarem no interior de sua escrita, cremos que também aquele que fala se enuncia ao falar (no ato de emissão vocal) e faz os outros (no ato de percepção vocal) se enunciarem no interior de sua vocalização. Nessa direção, “o locutor-ouvinte deve se enunciar no interior da fala do locutor-falante, produzindo uma enunciação de retorno simultânea no seu âmago mesmo: eis a condição da compreensão do discurso oral e da produção de sentido [no ato de escutar]” (OLIVEIRA, 2018, p. 12).

Há, dessa maneira, tanto na alocação falada quanto na alocação escrita, duas enunciações que são ambas enunciações de retorno. Isso porque não existe uma enunciação

original, fonte do sentido, na medida em que sempre enunciamos constituindo um outro e sendo por um outro constituídos. A diferença entre essas duas enunciações de retorno é menos de *natureza* – são ambas atos enunciativos – do que de *funcionamento* – uma é uma enunciação explícita; outra, implícita.

Na alocação falada, a enunciação de retorno explícita é a do falante (a emissão/fala), enquanto a enunciação de retorno implícita é a do ouvinte (a percepção/escuta). O ouvinte se enuncia implicitamente no interior da enunciação explícita do falante, produzindo um primeiro tipo de enunciação de retorno, *durante* a escuta e *simultaneamente* à fala do outro (ou de si próprio, quando se escuta falando). Entretanto, quando o ouvinte se inverte em falante, produz um segundo tipo de enunciação de retorno⁹, desta vez explícita, *a partir da* escuta e *posteriormente* à fala do outro (ou de si próprio).

Na alocação escrita, a enunciação de retorno explícita é a do escrevente (a emissão/escrita), enquanto a enunciação de retorno implícita é a do leitor (a percepção/leitura). O leitor se enuncia implicitamente no interior da enunciação explícita do escrevente, produzindo uma enunciação de retorno a esta. Aqui, porém, as coisas se complicam: afinal, se na alocação falada esse primeiro tipo de enunciação de retorno dá-se durante a escuta e simultaneamente à fala do outro (ou de si próprio), na alocação escrita, esse primeiro tipo de enunciação de retorno (leitura) tende a ser *posterior* à emissão (escrita); em geral, lemos um enunciado que foi escrito em situação enunciativa anterior àquela em que nos situamos como leitores. Contudo, há possibilidade de uma leitura (enunciação implícita) *simultânea* a uma escrita (enunciação explícita), quando, por exemplo, interrompemos o curso de nossa própria emissão gráfica ou temos esse curso interrompido por um outro que nos lê enquanto escrevemos. As duas interrupções são oriundas de leituras que afetam a escrita em ato em termos de ajuste da relação forma-sentido (como correções ortográficas e morfossintáticas, ou ainda, pausas para pensar na palavra mais adequada ou para reescrever um trecho pouco inteligível). Se o primeiro tipo de enunciação de retorno na alocação escrita envolve uma enunciação implícita (a percepção/leitura), que pode ser posterior ou simultânea a uma enunciação explícita (a emissão/escrita do outro ou de si próprio), o segundo tipo de enunciação de retorno implica uma enunciação explícita (a própria emissão gráfica do outro

⁹ Ao falarmos em “primeiro” e “segundo” tipos de enunciação de retorno, não estamos sugerindo nada semelhante a uma linearidade: queremos apenas resguardar a especificidade de cada um desses tipos. De fato, na configuração cada vez singular do diálogo enunciativo, há um vaivém dessas enunciações de retorno cujo exame requer não o estabelecimento de uma sequência linear, mas uma teorização e uma análise das “múltiplas variedades” da “situação de diálogo”, mais precisamente da variedade específica à troca intersubjetiva investigada em cada estudo (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 88).

ou de si mesmo), pois nossas produções escritas são sempre enunciações de retorno a outras enunciações (faladas, ouvidas, escritas, lidas).

Em ambas as alocações, a falada e a escrita, o ouvinte/leitor deve aceitar como sua a temporalidade do falante/escrevente, enunciando-se implicitamente no interior da enunciação explícita deste. No entanto, tal aceitação da temporalidade do outro não significa passividade: os atos de percepção vocal (escuta) e percepção gráfica (leitura) não são passivos, pois são enunciações de retorno suscitadas pelas enunciações dos atos de emissão vocal (produção falada) e emissão gráfica (produção escrita). É por isso que o ouvinte/leitor só é alocutário do *ponto de vista da emissão*, mas, do *ponto de vista da percepção*, ele é um locutor que se enuncia implicitamente no interior da enunciação explícita de outro locutor (o da emissão). Dito de outra maneira: a escuta e a leitura não se reduzem a atos de mera recepção passiva, sendo atos de produção ativa de sentidos e correferências, os quais, como pontua Benveniste na epígrafe deste estudo, supõem uma recriação da realidade de discurso com diferentes desdobramentos temporais.

A partir dessa concepção de *escuta* como ato de enunciação, procedemos, nas seções seguintes, a análises do funcionamento enunciativo da escuta na aquisição da língua em suas realizações vocal e gráfica.

A escuta na aquisição da língua em sua realização vocal: movimentos na língua-discurso

A explicação da constituição da criança como falante pelo viés enunciativo benvenistiano encontra-se em Silva (2009), para quem a entrada da criança em sua língua materna está relacionada à sua presença em uma configuração enunciativa na qual comparecem a criança (*eu*), o interlocutor (*tu*), a língua atualizada em enunciações faladas (*ele*) e a cultura de sua sociedade (*ELE*). Nessa configuração, a criança movimenta-se, e um desses movimentos consiste na passagem de convocada pelo outro à convocação do outro. Essa é a *operação de preenchimento de lugar enunciativo* (ocupação de um espaço de enunciação em que a criança estabelece relação com o outro e com a língua como condição de sua relação com o mundo), a qual possibilita a *operação de referência* (sua relação com o mundo via discurso) e a *operação de inscrição enunciativa da criança na língua-discurso* (sua relação com a língua, que se complexifica conforme se complexificam suas relações com o outro e com o mundo, relações sempre mediadas discursivamente)¹⁰.

¹⁰ Silva (2009) ressalta que tais operações são apresentadas separadamente apenas para fins metodológicos, pois “é sempre de todas as relações simultâneas que estamos falando” (SILVA, 2009, p. 232). Acrescenta a autora que o que sua análise “permite defender é a existência de anterioridade lógica das macro-operações descritas, em que a de preenchimento de lugar enunciativo é condição para a criança instanciar referência no discurso (segunda

Tal mudança de lugar na configuração enunciativa indica que a escuta tem aí papel fundamental, por implicar o ato enunciativo em seu movimento de *referência-correferência*: não se trata de ouvir passivamente o outro, mas de escutá-lo e atribuir sentido às suas vocalizações como possibilidade de continuidade discursiva. Preencher um lugar enunciativo é também estar em um lugar de *escuta*, lugar que possibilita à criança constituir a sua língua materna, ao mesmo tempo em que por ela é constituída em relações (inter)subjetivas e (cor)referenciais.

Os sentidos e as (cor)referências têm possibilidade de atualização no fio discursivo devido à criança se situar e ser situada em uma dupla posição na relação com o outro: a de quem *percebe/escuta* discursos e a de quem *emite* discursos, com o estabelecimento da situação enunciativa (*eu-tu/ele/aqui- agora*) via formas e funções linguísticas (os instrumentos da enunciação). É a língua-discurso viabilizando o encontro dos interlocutores nos atos de *emissão* (fala) e *percepção* (escuta), sendo esta considerada não apenas como fenômeno fisiológico, mas também como ato de atribuição de sentidos e correferências possíveis à emissão percebida enquanto tal. Nesse caso, a enunciação, como relação (inter)subjetiva e (cor)referencial, envolve justamente no fato de que algo é *emitido* e *percebido* como portador de *sentido* (entendido tanto como a ideia global do enunciado produzida pela sintagmatização das palavras quanto como o emprego local de cada palavra nesse agenciamento sintagmático) e de *referência* (compreendida como a relação do enunciado com a situação de discurso e com a atitude do locutor)¹¹.

Os recortes enunciativos de FRA, a seguir, ilustram movimentos seus na ocupação de um lugar enunciativo de escuta na aquisição da língua em sua realização vocal.

macro-operação) e inscrever-se enunciativamente no discurso (terceira macro-operação)” (SILVA, 2009, p. 285). Por isso, embora cada um dos recortes analisados a seguir mostre uma dessas operações em destaque, todas as três operações estão presentes conjuntamente em cada recorte.

¹¹ Essa distinção entre *sentido* (atrelado à ideia global do discurso/enunciado/frase e ao emprego local da palavra) e *referência* (associada à situação de discurso e à atitude do locutor) é apresentada por Benveniste no artigo “A forma e o sentido na linguagem” (1966/1967).

Recorte enunciativo 1

Idade da criança: 1;5.15.
Participantes: FRA (criança), AVÓ e CAR (tia, filmando).
Situação: FRA está na garagem da casa da AVÓ, brincando com um gato.

FRA: **au au** [= apontando para o gato]
Com: silêncio
CAR: dê o au au?
FRA: **o AU AU**
CAR: é? O au au?
FRA: au au [= volta a abaixar-se e a observar o gato comendo]
CAR: o au au
FRA: o au au @ AH [= assustando o gato]
CAR: [= risos]

Nesse primeiro recorte enunciativo, FRA desloca-se da posição de quem emite para a de quem escuta a emissão do outro em uma aparente repetibilidade de formas. Em sua necessidade de referir “au au”, ela possibilita que o outro lhe interroge “dê o au au?”. A criança escuta tal emissão como que suscitando uma outra emissão de retorno, lugar que preenche em tom ascendente com “AU AU”. É nesse jogo que se concretiza a acentuação da relação discursiva com o parceiro, que, como o interlocutor da criança, apresenta-se no papel de quem a escuta e atribui sentido às suas emissões.

Nessa inversibilidade enunciativa, FRA também ocupa duas posições discursivas: a de quem emite e a de quem escuta as emissões do outro. Por aí vemos que a inversibilidade das pessoas do discurso no ato de emissão vocal torna-se possível por haver inversibilidade também de escutas. É o “quadro figurativo da enunciação” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 87) estruturando o diálogo entre criança e outro no ato de aquisição.

Tal diálogo põe em relevo a operação de preenchimento de lugar enunciativo e os movimentos de conjunção *eu-tu* e disjunção *eu/tu* que a caracterizam (*cf.* SILVA, 2009). Afinal, a criança é convocada pelo outro – conjunção – a se enunciar explicitamente como falante e implicitamente como ouvinte (no interior da emissão vocal do outro). De igual maneira, a criança convoca¹² o outro – disjunção – a se enunciar implicitamente como ouvinte (no interior da emissão vocal dela) e explicitamente como falante, ao repetir com ele a forma “au au” numa sequência de turnos.

¹² Vale pontuar que a noção de *convocação* de Silva (2009), a qual supõe tanto a convocação da criança pelo outro quanto a convocação do outro pela criança, não encerra uma acepção psicológica relativa a algo como uma intencionalidade apriorística à enunciação. Tal noção enunciativa de *convocação* tem a ver com “o diálogo, que é a condição da linguagem humana. Falamos com outros que falam, essa é a realidade humana” (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 60).

Recorte enunciativo 2

Idade da criança:	2,1.12.
Participantes:	FRA (criança); CAR (tia, filmando).
Situação:	FRA está em sua casa. Conversa com CAR, brincando de telefonar e, depois, com suas bonecas.
Com:	FRA deixa o telefone pendurado pelo fio
CAR:	vai cáí
FRA:	não vai cáí
Com:	silêncio
FRA:	nenê agunha tia [= com o telefone na mão]
CAR:	ãh?
FRA:	nenê agunha
CAR:	não entendi
FRA:	nenê agunha
CAR:	nenê é sem vergonha?
FRA:	nenê agunha mãe
CAR:	por quê?
FRA:	nenê agunha
CAR:	por que qui o nenê é sem vergonha?
FRA:	nenê
CAR:	cadê teus nenê? Cadê teus nenê?
FRA:	não sei

Nesse segundo recorte enunciativo, FRA e seu interlocutor estão em uma nova configuração enunciativa. Nessa configuração, há uma disputa de referências entre as emissões da criança e do outro: FRA atualiza no discurso uma referência que não coincide com aquela atualizada pelo seu alocutário quando este se inverte em locutor, seja pela manifestação de não entendimento (“não entendi”), seja pela inserção de uma nova referência (a asserção “nenê agunha”, de FRA, é reformulada pela interrogação “nenê é sem vergonha?”, de CAR). Entre uma emissão e outra (enunciações explícitas), há escutas (enunciações implícitas) que tentam atribuir sentido, tanto por parte do outro em relação às emissões da criança quanto por parte da criança em relação às suas próprias emissões e às do outro. Isso, é claro, não assegura de todo a comunicação enquanto *colocação em comum*¹³ de formas, sentidos e (cor)referências, do que dá testemunho a forma opaca “nenê agunha”, emitida pela criança e percebida pelo outro como “nenê é sem vergonha”. Tal opacidade no emprego de uma palavra na frase da criança compromete a inteligibilidade desse enunciado em sua globalidade e, se não impede, ao menos dificulta o estabelecimento, por parte do alocutário,

¹³ Tal definição de comunicação é formulada por Benveniste no texto “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”: “[...] ela [a língua] cria, portanto, formas, esquemas de formação; ela cria objetos linguísticos que são introduzidos no circuito da comunicação. A ‘comunicação’ deveria ser entendida na expressão literal de colocação em comum e de trajeto circulatório” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 103, aspas do original). Não há, pois, linearidade na comunicação intersubjetiva, mas uma circulação de formas, sentidos e (cor)referências que, como atesta o recorte 2 acima, não se pautam em algo similar a uma transparência da língua como instrumento comunicativo, estando submetidos à opacidade de toda materialidade discursiva resultante de um ato enunciativo.

de correferência quanto ao enunciado da criança e à atitude de locutor desta na situação enunciativa em questão.

Por estar nesse lugar de “eu ouvinte” é que a criança insiste em sua emissão “nenê agunha” e acentua a sua posição subjetiva de escuta. Aqui, vemos FRA ocupar outra posição de escuta: a de alguém que percebe a dificuldade do outro em atribuir sentidos à sua emissão, mas que, ainda assim, insiste em manter a referência dessa emissão. Dessa maneira, FRA escuta tal diferença de correferência no movimento (ou tentativa) de referir-correferir e insiste em atualizar a *sua* referência no discurso para que o outro lhe escute. Há, nesse segundo recorte enunciativo, uma importante mudança de lugar da criança no jogo de *emissão-percepção*, pois a percepção se apresenta como uma necessidade para a possibilidade de novas emissões (cf. OLIVEIRA, 2020a).

Das três operações enunciativas de aquisição da língua (cf. SILVA, 2009), é a *operação de referência* que aqui prevalece, pois, na ausência de uma *referência mostrada* que facilite o diálogo no *aqui-agora* da alocação falada (como o gato, o “au au”, no recorte 1), a criança e o outro buscam ajustar a relação forma-sentido devido a uma *referência constituída* no discurso da criança (“nenê agunha”), mas correferida com dificuldade pelo alocutário (“não entendi” / “nenê é sem vergonha?”). A criança percebe tal dificuldade, mas insiste em sua emissão inicial, talvez por não ter ainda uma escuta para esta que possibilite reformulá-la, de modo que o outro possa melhor correferir o seu discurso, recriando a realidade por ele reproduzida¹⁴.

¹⁴ O termo *realidade* é tomado, aqui, como “uma certa relação com o mundo” expressa pela língua em emprego na enunciação (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 84). Essa *certa relação com o mundo é referida* pelo locutor e *correferida* pelo alocutário. Como já vimos, tais termos constam em “O aparelho formal da enunciação”, texto de 1970 que parece dialogar com “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, artigo de 1963 no qual – como igualmente já vimos – Benveniste afirma que “a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 26), cujo exercício confere ao ato de discurso a função de *reproduzir* a realidade para o locutor e a função de *recriar* a realidade para o ouvinte. Nessa direção, pensamos ser plausível articular as ideias de *referir* e *correferir*, respectivamente, às ideias de *reproduzir* e *recriar* a realidade enquanto relação discursiva da língua com o mundo.

Recorte enunciativo 3

Idade da criança:	3;04.11.
Participantes:	CAR (filmando); EDU (irmão de 8 anos).
Situação:	FRA está em sua casa, interagindo com CAR, na maior parte do tempo conversando com os familiares.
Com:	FRA, CAR e EDU conversam no pátio da casa de FRA
CAR:	[...] mas Queca, conta tu botô um cd no carru do pai? Comu é qui é a história?
EDU:	botô dois juntú [= risos]
CAR:	dois juntú?
CAR:	[= risos] e não dexô ele iscutá o jogu?
FRA:	não
CAR:	coitadinhu do papai
FRA:	XXX
CAR:	o que qui tu falô pra ele daí?
FRA:	ô pai, me dexa eu iscutá música pur favô e ele di e ele ficô brabu ah dexa o pai iscutá ãh jogu? Dexu, e aí eu quilia jogá ãh eu quilia ligá a minha música aí buu @ o pai quilia vê o jogu

Nesse terceiro recorte enunciativo, a grande mudança em relação aos recortes anteriores se dá quando FRA mostra, em sua emissão, um retorno ao seu próprio discurso, retorno que indica seu ato de escutar-se. A partir desse ato, ela reformula sua emissão “aí eu quilia jogá” para “**ãh** eu quilia ligá a minha música”, sendo a forma “ãh” a marca da hesitação que conduz à reformulação da sintagmatização anterior pela sintagmatização posterior. Nesse discurso, salienta-se justamente o fato de FRA parecer escutar e estranhar a sua emissão (ao aparentemente perceber que o que ela queria não era jogar, mas ouvir música), propondo, na sequência, uma reformulação sintagmática que atesta seus movimentos no preenchimento de distintos lugares enunciativos: do lugar de falante para o de ouvinte de si própria e, deste, para novamente o de falante.

É por assumir uma posição de escuta de si mesma (escuta *sui-reflexiva* ausente no recorte 2) que FRA produz ajustes em sua emissão, nessa relação espaço-temporal compartilhada com CAR em que relata um acontecimento passado situado em outras relações de pessoa-espaço-tempo. Com isso, ao atualizar no presente de seu discurso uma alocução passada, FRA não só preenche um lugar enunciativo de fala, assumindo a posição de locutor-falante, mas também – e simultaneamente – preenche um lugar enunciativo de escuta, assumindo a posição de locutor-ouvinte de si própria. Nessa divisão enunciativa, que lembra o *diálogo interiorizado* mencionado por Benveniste ao abordar o monólogo (*cf.* seção 1), o locutor se enuncia implicitamente (como ouvinte) no interior de sua própria enunciação explícita (como falante).

Aqui, predomina a *operação de inscrição enunciativa da criança na língua-discurso*, na qual “a criança demonstra um *fazer-com* a língua-discurso” (SILVA, 2009, p. 265, itálicos do original). Esse trabalho com a língua atualizada discursivamente na enunciação atua sobre as categorias tanto de pessoa e não pessoa quanto de tempo. As categorias de pessoa e não pessoa se imbricam quando, ao enunciar-se explicitamente no relato ao outro da alocação atual acerca do diálogo dela com seu pai em alocação anterior, FRA desliza de uma categoria à outra ao tentar delimitar as fronteiras enunciativas entre a sua voz (“ô pai, **me dexa eu iscutá** música pur favô”) e a voz de seu pai (“e **ele ficô** brabu **ah dexa o pai iscutá** ãh jogu?”). Já a categoria de tempo é mobilizada no trânsito da criança entre o presente da reprodução do discurso e o passado do discurso reproduzido, trânsito marcado linguisticamente pelas formas verbais no presente do imperativo (“ô pai, me **dexa** eu iscutá música”) e nos pretéritos perfeito (“ele **di** e ele **ficô** brabu”) e imperfeito (“ái eu **quilia** jogá ãh eu **quilia** ligá a minha música”). Tal movimentação da criança por entre as categorias pessoal, não pessoal e temporal mostra-a já instaurada no sistema intralinguístico de relações temporais de sua língua materna, bem como no deslocamento entre enunciações explícitas e enunciações implícitas e no preenchimento dos lugares de falante e ouvinte (tanto do outro quanto de si mesma).

Se, nos dois primeiros recortes, a criança emitia e escutava as emissões do outro ainda que numa repetibilidade de formas (recorte 1) ou insistia em sua emissão não escutada/correferida inteiramente pelo outro sem perceber o que em sua emissão o estranhava (recorte 2), neste terceiro recorte, ela emite e escuta tanto as emissões do outro quanto as suas próprias, assim como se apresenta capaz de reformular essas últimas ao escutá-las e estranhá-las.

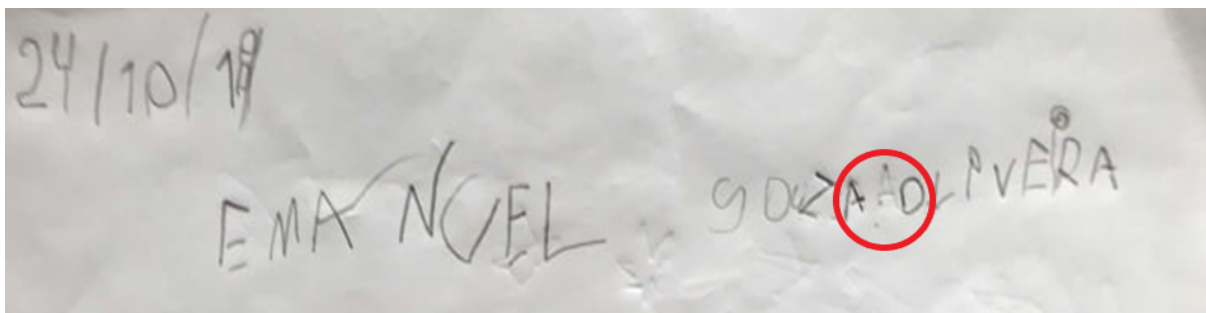
A escuta na aquisição da língua em sua realização gráfica: movimentos na língua-discurso

Se a constituição da criança como falante já foi teorizada a partir do pensamento benvenistiano (cf. SILVA, 2009), não se pode dizer o mesmo de sua constituição como escrevente, objeto de tese de doutorado em desenvolvimento (cf. OLIVEIRA, 2020b). Assim, a análise enunciativa realizada nesta seção focaliza alguns movimentos de Emanuel (EMA) em sua relação com a escuta na aquisição da escrita, mas não tem a pretensão de examinar os recortes a seguir à luz de macro-operações como as mobilizadas na seção anterior, na análise dos dados de Francisca (FRA).

Recorte enunciativo 4a – Alocução falada

- Idade da criança:** 6;07.14.
Participantes: EMA (criança); GIO (investigador); BIA (sobrinha, de 9 anos).
Situação: EMA está em sua casa, sentado à mesa da cozinha com GIO e BIA, a qual o ajuda a escrever seu nome.
- BIA: soouu
EMA: soouu
BIA: zaaa
EMA: zaaa @ ooo /
BIA: **não é junto! é espaço** [= olhando para EMA escrevendo]
EMA: **não**
BIA: **é espaço**
Com: EMA nega e volta o olhar para GIO em busca de apoio
EMA: **não**
BIA: **é sim**
EMA: **não**
GIO: **souza olivera é junto?**
Com: EMA nega com um meneio de cabeça ao mesmo tempo em que BIA retoma a palavra
BIA: **não** [= nega com a cabeça]
EMA: **olha @ eu faço junto**
BIA: **eu não**
EMA: **eu sim**
BIA: o meu nome não é junto
GIO: tu gosta de fazê junto?
Com: EMA assente com um gesto de cabeça
GIO: mais ele escreve separado né?
BIA: XXX
GIO: é souza @ olivera @ a gente fala correndo e parece uma palavra só né @ souzoolivera
Com: GIO faz um gesto cortante com a mão para sinalizar que são duas palavras distintas e depois faz um gesto fluido para sinalizar que essas palavras são pronunciadas como se fossem uma só
- [...]
GIO: sim souza tava certu @ **daí tu dá um espacinho em branco**
[...]
GIO: **sim mais o olivera já é outra palavra**
[...]
GIO: **tem que botá um espaço**
Com: EMA olha para GIO e volta a escrever, inserindo mais espaços em branco no que está escrevendo
GIO: **mais espaço @ mais mais mais mais aiii!**

Recorte enunciativo 4b – Enunciado escrito



Nos recortes enunciativos 4a e 4b, EMA tenta escrever seus dois sobrenomes (“Souza” e “Oliveira”), porém se depara com a dificuldade de segmentar graficamente o que para ele consiste numa unidade única. Tal dificuldade, contudo, emerge apenas quando o outro intervém e segue-se um conflito entre emissões vocais (enunciações explícitas da alocação falada): “não é junto! é espaço” / “não” / “é espaço” / “não” / “é sim” / “não”. EMA correferencia o que BIA refere a partir da percepção gráfica dela sobre a emissão gráfica dele, ou seja, a criança compreende que o outro percebe como inadequada a sua segmentação não convencional, no entanto discorda dessa percepção. Essa discordância se deve ao fato de EMA ter uma leitura (enunciação implícita da alocação escrita) distinta da de BIA, leitura que decorre de uma escuta (enunciação implícita da alocação falada) igualmente distinta da dela: ele percebe seus dois sobrenomes como integrados numa só unidade fônica e reproduz essa escuta em sua escrita (enunciação explícita da alocação escrita), hipossegmentando as duas unidades gráficas numa única: “Souzaoliveira”.

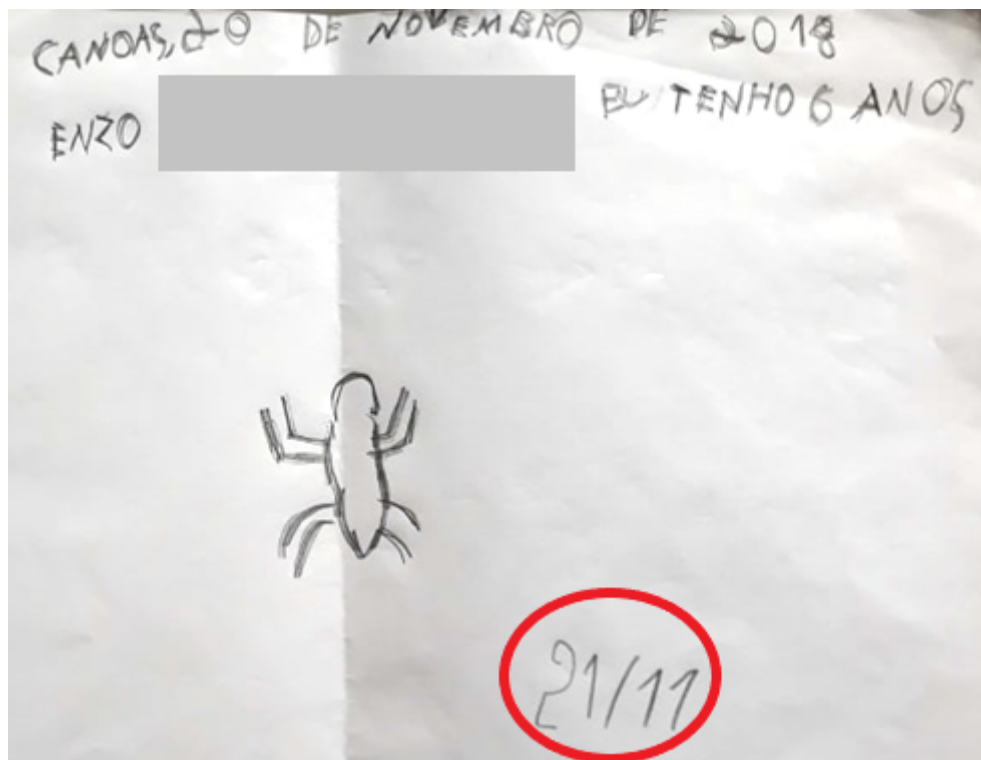
O interessante é que, ao negar a asserção de BIA, EMA volta seu olhar para GIO em busca de apoio, como se a anuência do alocutário-adulto – instância representativa da escrita convencional na situação enunciativa – pudesse reconhecer como legítima a sua emissão gráfica. Todavia, GIO também discorda de EMA: “mais o olivera já é otra palavra” / “tem que botá um espaço” / “mais espaço @ mais mais mais mais aiii!”. Em resposta a essa emissão vocal do outro, a criança produz duas enunciações de retorno: uma enunciação implícita, ao se enunciar implicitamente (como ouvinte) no interior da enunciação explícita do outro (do falante); e uma enunciação explícita, ao se enunciar explicitamente (como escrevente) quando retorna sobre o seu escrito e o reformula, inserindo espaço entre “Souza” e “Oliveira”, conforme o recorte enunciativo 4b. Neste, podemos notar o apagamento do grafema “A” que integrava sintagmaticamente, em um só segmento gráfico, os dois sobrenomes, apagamento que dissocia em duas a unidade hipossegmentada.

Nesses dois recortes iniciais, a exemplo dos sobrenomes hipossegmentados, as realizações vocal e gráfica da língua fundem-se e confundem-se numa espécie de simbiose enunciativa. Nesta, as alocações falada e escrita conjugam-se numa estrutura dialógica extremamente complexa, cuja teorização e cuja análise no âmbito da aquisição da escrita ainda estão por se fazer. Uma constatação, porém, podemos já formular: nessa particular *variedade de diálogo* (cf. BENVENISTE, 2006 [1970], p. 88) na qual a criança – falante e ouvinte já constituído – vai se constituindo escrevente e leitor, a escuta desempenha um papel mediador das relações (inter)subjetivas e (cor)referenciais que marcam tal constituição.

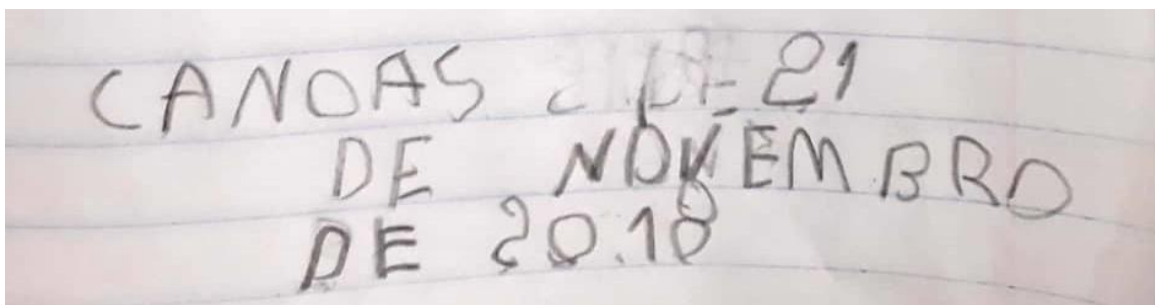
Recorte enunciativo 5a – Alocução falada

- Idade da criança:** 6;08.13.
Participantes: GIO (investigador); BIA (sobrinha de 9 anos).
Situação: EMA está em sua casa, sentado à mesa da cozinha com BIA e GIO, o qual o ajuda a registrar a data numa cartinha endereçada ao Papai Noel, tomando como exemplo a data em um desenho feito no dia anterior por Enzo (ENZ), afilhado de GIO que tem a mesma idade de EMA.
- GIO: hoje não é vinte @ o que vem depois do vinte?
EMA: vinte e um
GIO: vinte e um óbvio [= risos]
EMA: hoje não é vinte e um?
GIO: hoje é vinte e um @ porque o Enzo escreveu isso aqui ontem que era dia vinte @ daí um dia depois é vinte e um
EMA: quê?
GIO: um dia depois é vinte e um
EMA: ah / não @ é hoje vinte e um @ ele errô?
GIO: não @ porque ele escreveu ontem que era vinte
EMA: hmm
GIO: e hoje então é @ ?
EMA: vinte e um! [= com voz de falsete]
GIO: isso!
EMA: **ele coloca as mesma data que eu**
GIO: sim
EMA: **mais eu co / coloco vinte e um vinte e dois vinte e treis sepa / assim ó eu coloco assim olha**
Com: EMA escreve na folha do desenho de ENZ, enquanto GIO e BIA acompanham seu movimento
GIO: **ah tu fais da forma curtinha né? @ mas dá pra fazê dos dois jeitos agora a gente vai fazê desse jeito pode sê?**
Com: EMA concorda e escreve, na cartinha, o local e a data por extenso, conforme solicitado por GIO.

Recorte enunciativo 5b: Enunciado escrito I



Recorte enunciativo 5c: Enunciado escrito II



Nos recortes enunciativos 5a, 5b e 5c, a relação escuta-escrita se complexifica. Aqui, EMA aceita como sua a temporalidade do outro ao enunciar-se implicitamente (como leitor) no interior do enunciado escrito deste. Tal leitura de um enunciado produzido pelo outro em alocação escrita anterior gera, na alocação falada atual, uma espécie de reflexão “meta” sobre o tempo por parte da criança e do interlocutor dessa alocação falada, reflexão que remete tanto à noção de *tempo linguístico* (a temporalidade da enunciação) quanto à noção de *tempo crônico* (a temporalidade do calendário)¹⁵. Isso é ilustrado pelos seguintes turnos: “hoje não é vinte e um?”, pergunta EMA; “hoje é vinte e um” / “porque ele escreveu ontem que era vinte”

¹⁵ As noções de *tempo linguístico* e *tempo crônico* são teorizadas por Benveniste no artigo “A linguagem e a experiência humana” (1965).

/ “e hoje então é?”, interroga GIO, o que EMA escuta e ao que responde de modo teatral: “vinte e um!”. De um lado, as formas dêiticas “ontem” e “hoje” remetem ao tempo linguístico e organizam a temporalidade do discurso ao situarem o acontecimento presente em relação a um acontecimento passado. De outro lado, as formas não dêiticas “vinte” e “vinte e um” remetem ao tempo crônico, assinalando os dias do mês dos respectivos acontecimentos. Ambos os tipos de formas – dêiticas e não dêiticas –, ao serem sintagmatizadas nos enunciados falados, efetuam a reprodução-recriação da realidade discursiva que constitui a referência/correferência da comunicação intersubjetiva nesses recortes.

Nos recortes enunciativos 5b e 5c, encontramos os registros gráficos das datas completas, acompanhados do ano (“2018”) e do local geográfico dos acontecimentos (o espaço social “Canoas”). Nesses enunciados escritos, chamam igualmente a atenção os dois distintos modos de EMA “grafar o tempo” ao enunciar-se explicitamente na escrita: em 5b, ele registra, no enunciado de ENZ, a data abreviada – “21/11”; em 5c, a partir da escuta do pedido de GIO, EMA registra a data por extenso, junto ao local – “Canoas, 21 de novembro de 2018”. Essas duas diferentes maneiras – a dele e a da outra criança – de registrar o tempo socializado (o tempo do calendário) são percebidas por EMA, que busca demonstrar a GIO tal percepção via nova emissão gráfica, convocando-o a perceber essa nova emissão em um apelo para que ele o escute e leia seu enunciado. Nesse apelo ao outro, de um lado, EMA enuncia-se explicitamente, primeiro, como falante (“ele coloca as mesma data que eu” / “mais eu co / coloco vinte e um vinte e dois vinte e treis sepa”) e, depois, como escrevente (ao registrar “21/11”); de outro lado, EMA convoca o outro a enunciar-se implicitamente, como ouvinte e como leitor, inicialmente no interior de sua emissão vocal (“assim ó eu coloco assim olha”) e, logo em seguida, no interior de sua emissão gráfica (*cf.* registro da data abreviada no recorte 5b).

Que mudanças esse segundo conjunto de recortes, atrelado à aquisição da escrita, dá a ver na relação da criança com a escuta do outro e de si própria?

Nos recortes 4a e 4b, primeiramente, EMA escuta como uma só as unidades “Souza” e “Oliveira”, hipossegmentando-as; posteriormente, ele corrige essa hipossegmentação a partir da escuta do dizer do outro. No primeiro caso, é a percepção vocal da criança que se projeta sobre a sua emissão gráfica, isto é, é a sua escuta (enunciação implícita) que se projeta sobre a sua escrita (enunciação explícita). Tal projeção consiste numa *simultaneidade* entre dois tipos de enunciação de retorno, uma ligada à realização vocal da língua – a escuta – e outra, à sua realização gráfica – a escrita. No segundo caso, é a percepção vocal que a criança tem da

emissão vocal do outro que incide sobre a emissão gráfica dela, quer dizer, é a escuta do dizer do outro por parte da criança que incide sobre a sua escrita, produzindo a modificação nesta (a correção da hipossegmentação via inserção do espaço em branco entre as unidades amalgamadas). Essa modificação é uma enunciação de retorno *posterior* a outras enunciações – tanto à emissão gráfica inicial de EMA quanto às emissões vocais de seus interlocutores, BIA e GIO, e à sua escuta dessas emissões.

Nos recortes 5a, 5b e 5c, EMA transita entre distintas posições enunciativas, preenchendo os lugares ora de ouvinte e leitor (nos quais se enuncia implicitamente), ora de falante e escrevente (nos quais se enuncia explicitamente). Entretanto, o lugar de ouvinte parece se destacar, pois diz respeito tanto a uma posição atribuída à criança ao ser implantada pelo outro como alvo do dizer deste quanto a uma posição que a criança atribui ao outro ao implantá-lo como alvo do dizer dela. De início, o outro implanta a criança como sua ouvinte ao suscitar-lhe a reflexão sobre temporalidade, referência que EMA correferre ao mostrar compreensão da relação temporal entre a alocação anterior (em que foi produzido o enunciado escrito no interior do qual ele se enuncia) e a alocação atual (em que ele lê o enunciado). Na sequência, ao vocalizar “assim ó eu coloco assim olha” e ao grafar “21/11”, EMA desloca-se das posições de ouvinte e leitor para as de falante e escrevente, atribuindo ao outro os lugares de escuta e leitura. Essa alternância de posições enunciativas entre a criança e o outro promove não só deslocamentos destes entre distintos lugares de enunciação, mas também diferentes desdobramentos das enunciações faladas e escritas em atos de emissão e percepção que se entrecruzam em um emaranhado de formas, sentidos e (cor)referências. Tal alternância se repete ao final da alocação, quando EMA atende ao pedido de GIO e registra por extenso a data – antes grafada de forma abreviada –, indicando, nesse gesto, o que parece ser uma nova forma de se relacionar com o escrito.

Se, nos recortes 4a e 4b, a criança relutava em dissociar em duas unidades separadas pelo branco a unidade gráfica hipossegmentada, por ainda ter uma escuta que incidia sobre sua escrita mais do que uma leitura, nos recortes 5a, 5b e 5c, ela já demonstra uma leitura mais sensível de seu próprio enunciado escrito e do enunciado escrito do outro da alocação anterior, reconhecendo a diferença entre ambos e produzindo ela própria, a partir da escuta do dizer do outro da alocação atual, duas distintas formas de grafar a mesma data.

Palavras finais

Neste artigo, a partir de uma leitura prospectiva da teorização enunciativa de Émile Benveniste e de seu convite, ao final de “O aparelho formal da enunciação” (1970), para se investigarem as diferenças entre as enunciações falada e escrita, buscamos elaborar uma reflexão própria sobre a escuta como ato enunciativo. Essa reflexão nos levou a conceber a escuta como uma enunciação implícita vinculada ao plano da percepção vocal e, por conseguinte, ao plano da emissão vocal (enunciação explícita). Os adjetivos *implícita* e *explícita* qualificam os distintos funcionamentos dessas duas enunciações: a emissão vocal é uma enunciação explícita, pois se materializa em enunciados falados; já a percepção vocal é uma enunciação implícita, pois não resulta em materialidades discursivas.

Entretanto, essa ausência de empiria como efeito do ato de escutar não significa que este não seja um ato enunciativo. Afinal, a escuta exige do ouvinte a assunção de uma posição de locutor que o habilite a se apropriar da língua atualizada no discurso falado do outro (seja esse outro um outro locutor ou ele próprio quando se escuta falando), a fim de correferir tal discurso e recriar a realidade por este reproduzida. Essa correferência supõe não uma *passividade*, mas uma *atividade* do ouvinte, que deve se enunciar implicitamente no interior da enunciação explícita do falante, aceitando a temporalidade deste como a sua própria, o que é condição da inteligibilidade da comunicação intersubjetiva.

Nosso percurso reflexivo nos levou a propor ainda que, assim como a enunciação falada se desdobra nos planos da emissão e da percepção vocais, a enunciação escrita se desdobra nos planos da emissão e da percepção gráficas. Igualmente argumentamos que, assim como aquele que fala se enuncia explicitamente ao falar e faz o ouvinte se enunciar implicitamente no interior de sua enunciação, aquele que escreve se enuncia explicitamente ao escrever e faz o leitor se enunciar implicitamente no interior de sua enunciação. Dessa maneira, a exemplo da escuta, a leitura – enquanto enunciação implícita – não se reduz a um ato passivo, demandando do leitor também o preenchimento de um lugar enunciativo de correferência (recriação do real reproduzido no discurso escrito).

Logo, o ouvinte e o leitor são alocutários apenas do *ponto de vista da emissão*, mas, do *ponto de vista da percepção*, eles são locutores que se enunciam implicitamente no interior das enunciações explícitas de outros locutores: o falante e o escrevente (que podem ser eles próprios caso se escutem falando ou caso se leiam durante ou após a produção escrita).

À luz dessa reflexão enunciativa sobre a escuta (*cf.* seção 1), analisamos recortes enunciativos de duas crianças, uma menina em seu vir a ser falante (*cf.* seção 2) e um menino

em seu vir a ser escrevente (*cf.* seção 3). A partir dos resultados das análises, cremos estar em condições de esboçar respostas às questões que nortearam nosso trajeto teórico-analítico:

1. O estatuto de necessidade da escuta na constituição da criança como falante vale também para a sua constituição como escrevente?
2. Se sim, o que justifica esse estatuto em ambos os atos aquisicionais?

Respondendo à primeira pergunta: a escuta desempenha uma função estruturante na aquisição da língua em sua realização tanto vocal quanto gráfica. Na relação inicial da criança com a fala, é escutando o outro e a si mesma que a criança reconhece o signo – unidade semiótica – sob a espécie da palavra – unidade semântica – (*cf.* BENVENISTE, 2005 [1963/1964], p. 140; SILVA; OLIVEIRA; DIEDRICH, 2020, p. 279), ou seja, é a partir de percepções das emissões vocais do outro e das suas próprias que ela é lançada e se lança ao funcionamento de sua língua materna. Quanto à relação inicial da criança com a escrita, talvez possamos ir mais longe e postular nela um papel ainda mais determinante para a escuta, que sustenta a criança como uma âncora em sua imersão na escrita enquanto sistema de níveis e unidades cuja constituição não independe da fala, pois escrita e fala são ambas realizações de um só e mesmo sistema: a língua.

Afinal, a aquisição da língua em sua realização gráfica exige mais do que a exposição frequente às emissões vocais do outro e de si próprio, o que já é algo prodigioso realizado pela criança na aquisição da língua em sua realização vocal. A aquisição da escrita exige uma percepção vocal que não se relaciona apenas com emissões vocais, mas também com emissões e percepções gráficas. Além disso, na aquisição da escrita, a propriedade metalinguística, quer dizer, a capacidade *sui-reflexiva* natural (não plenamente consciente e intencional) de usar a língua para falar da língua parece se acentuar, com um constante retorno da criança ao discurso escrito, retorno mediado pelo outro via escuta. Assim, se na aquisição da língua em sua realização vocal a escuta se relaciona apenas com a fala, na aquisição da língua em sua realização gráfica, a escuta se relaciona com a fala, a escrita e a leitura, imbricando esses planos enunciativos na produção de formas, sentidos e (cor)referências nas relações (inter)subjetivas.

Respondendo à segunda pergunta: o estatuto de necessidade da escuta na aquisição da língua em suas realizações vocal e gráfica justifica-se pelo fato de a escuta ser uma *instância mediadora* entre essas duas formas de realização verbal da língua e entre os planos enunciativos nos quais cada uma se desdobra – os planos da emissão e da percepção vocais e os planos da emissão e da percepção gráficas. Tal mediação da escuta garante os

desdobramentos das enunciações (falada e escrita, cada uma em dois planos enunciativos) e os deslocamentos dos interlocutores (criança e outro, entre os lugares enunciativos de falante, ouvinte, escrevente e leitor).

É, pois, situando-se e sendo situada como ouvinte do outro, bem como o situando como seu ouvinte, em distintos desdobramentos e deslocamentos enunciativos, que a criança se instaura na fala e na escrita, transformando sua relação com a língua e, conseqüentemente, com a linguagem. Estar no lugar de quem *escuta* formas, sentidos e referências nos “rumores da língua” – termo de Barthes (2004, p. 94), para quem “rumorejar é fazer ouvir a própria evaporação do barulho”, barulho (acrescentaríamos) de si mesmo e do alocutário – é viver a experiência de significar e significar-se *para* e *com* outros em um mundo de discurso, no qual a aquisição se apresenta como o ato inaugural do humano em sua língua materna.

Referências

- BARTHES, R. *O rumor da língua*. Tradução Mário Laranjeira. Brasília: Editora Brasiliense, 2004.
- BENVENISTE, Émile. Comunicação animal e linguagem humana. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1962], p. 60-67.
- BENVENISTE, Émile. Os níveis da análise linguística. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1962/1964], p. 127-140.
- BENVENISTE, Émile. Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1963a], p. 19-33.
- BENVENISTE, Émile. A linguagem e a experiência humana. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1965], p. 68-80.
- BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1966/1967], p. 220-242.
- BENVENISTE, Émile (1968a). Esta linguagem que faz a história. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1968/1970], p. 29-40.
- BENVENISTE, Émile (1968b). Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1968/1970], p. 93-104.
- BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1969], p. 43-67.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1970], p. 81-90.
- DIEDRICH, Marlete Sandra. *Aquisição da linguagem: o aspecto vocal da enunciação na experiência da criança na linguagem*. 2015. 147f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande

- do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/130026/000968603.pdf?sequence=1&isAllOwed=y>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- FLORES, Valdir do Nascimento. Visão de mundo e enunciação: sobre a passagem de *infans* a ser falante. *Linguística*, v. 35, n. 2, p. 13-25, 2019. Disponível em: <https://www.mundoalfal.org/ojs/index.php/Revista/article/view/21>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- OLIVEIRA, Giovane Fernandes. O texto escrito e oral letrado na universidade: elementos para uma abordagem enunciativa. *Organon*, Porto Alegre, v. 33, n. 64, p. 1-19, jan./jul. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/80829>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- OLIVEIRA, Giovane Fernandes. (2020a). Da referência mostrada à referência constituída: a inserção da criança na língua e na cultura. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 62, n. 00, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8655640>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- OLIVEIRA, Giovane Fernandes. (2020b). A relação teoria-empíria e o problema do dado na pesquisa em aquisição da escrita: um olhar enunciativo. In: OLIVEIRA, Giovane Fernandes; ARESI, Fábio (Orgs.). *O universo benvenistiano: enunciação, sociedade, semiologia*. Pimenta Cultural: São Paulo, 2020, p. 221-272. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/universo-benvenistiano>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.
- SILVA, Carmem Luci da Costa Silva. A relação entre o biológico e o cultural na aquisição da linguagem e a instauração da criança na interdependência entre forma-sentido na língua materna. In: OLIVEIRA, Giovane Fernandes; ARESI, Fábio (Orgs.). *O universo benvenistiano: enunciação, sociedade, semiologia*. Pimenta Cultural: São Paulo, 2020, p. 164-203. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/universo-benvenistiano>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- SILVA, Carmem Luci da Costa; OLIVEIRA, Giovane Fernandes; DIEDRICH, Marlete Sandra. A teoria da linguagem de Émile Benveniste: uma abertura para os estudos em aquisição da linguagem. *Fragmentum*, Santa Maria, n. 56, p. 259-280, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/47445>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- SILVA, Carmem Luci da Costa; FLORES, Valdir do Nascimento. A significação e a presença da criança na linguagem. *Estudos da Língua(gem)*, v. 13, n. 1, p. 133-149, 2015. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1284>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas: Pontes Editores, 2009.
- SILVA, Carmem Luci da Costa. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*. 2007. 293f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10407>. Acesso em: 21 fev. 2021.

Recebido em: 07/03/2021; Aceito em: 29/03/2021.